

# Sarney condena excesso de MP's e teme fujimorização

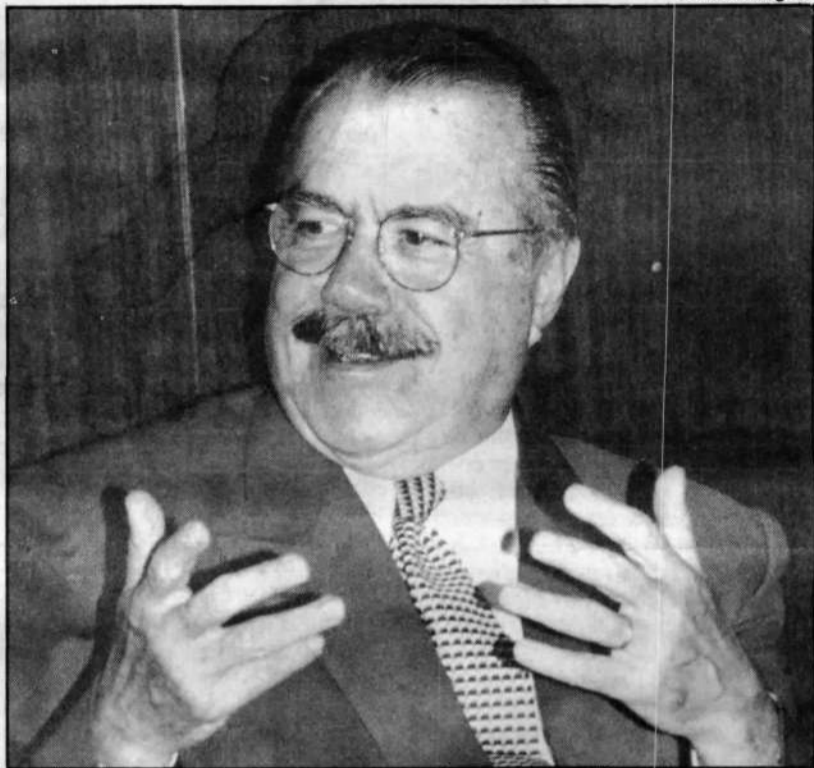
18 SET 1995  
TARCÍSIO HOLANDA

Geraldo Magela

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), advertiu ontem, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, que o excesso de medidas provisórias pode levar a um processo de "fujimorização" do Brasil. "O que precisamos é reformar a Constituição", disse, observando que já foram editadas mais de 1 mil MP's. "É uma forma do Executivo, erroneamente, tentar substituir as atribuições do Legislativo. As medidas provisórias agredem a organização jurídica do País e desmoralizam o Congresso". Segundo Sarney, políticos do PSDB (o partido do presidente Fernando Henrique Cardoso) "que pregam a 'fujimorização' do Brasil no caso de as reformas não serem aprovadas estão revelando total ignorância a respeito do processo político que se desenrola no Peru, desde a ascensão de Alberto Fujimori".

Evitando nominar os "tucanos" que, segundo ele, "apostam na 'fujimorização' do Brasil", Sarney salientou que o processo no Peru "é muito mais brando do que o processo autoritário" criado pelas medidas provisórias. Ele ressaltou, porém, que estava "criticando a Constituição de 88 e não os governos ou governantes". Até porque, acrescentou, "eu mesmo tive a oportunidade de editar medidas provisórias, embora procurasse limitá-las a matérias financeiras ou a assuntos que exigissem urgência". Na maneira como vêm sendo editadas, acusou Sarney, as medidas provisórias "criam uma ditadura legislativa pelo Poder Executivo, uma vez que invadem áreas de atribuição de um outro poder e frequentemente são elaboradas por burocratas anônimos sem nenhuma responsabilidade política".

Sarney lembrou que, quando presidente da República, teve que jogar na cesta algumas medidas provisórias que chegaram à sua mesa, esperando a assinatura do presidente da República. Sarney nega que esteja entrando em curso de colisão com o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu governo, como muitos analistas estão inclinados a



Sarney acusou o Executivo de ser o 'ditador' do Legislativo

acreditar, sustentando que faz críticas pontuais, e não sistemáticas, mesmo porque apoiou e apóia o Governo de Fernando Henrique, vindo aos jornais para chamar a atenção de determinados aspectos com a intenção de contribuir para que o Governo acerte o passo.

**Solidão** — Friamente, Sarney define como "boas" suas relações com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Acha que elas se situam em nível bastante alto, lembrando que ele, sendo ex-presidente da República e atualmente presidente do Congresso, exerce uma parcela de liderança nacional que o impediria de abdicar da sua identidade e do direito que julga ter de manifestar claramente o seu pensamento sobre diferentes problemas nacionais.

— O presidente Fernando Henrique Cardoso entende essa posição e sabe, tanto quanto eu, que outra não poderia ser a minha atitude. Até por que ele mesmo sempre foi um político muito cioso de seu direito de opinar livremente. Apóio e apoiarei o seu governo. Acho que está indo muito bem, tem mostrado

grande capacidade de articulação política, sendo que minhas críticas têm sido feitas a temas específicos, que considero fundamentais — analisou Sarney, ressaltando que nada disso tem importado numa restrição ao Governo, mas, apenas, a aspectos isolados de sua ação.

— O Presidente tem sido sensível a essas críticas. Creio que, assim agindo, dou uma colaboração construtiva. "Muitas vezes, a solidão do poder evita que alguns ângulos de determinadas matérias possam ser vistos pelo Governo como um todo, o que faz com que se corra o risco de ter uma visão deformada das coisas".

O ex-presidente sustenta que a tecnoburocracia é muito forte e propõe, não raro, soluções equivocadas. Em seu entender, a política tem essa finalidade, ou seja, olhar os assuntos sob todos os aspectos, procurando o global, nunca o particular. Os burocratas enxergam a árvore, a política vê a floresta — lembra-se de dizer o ex-presidente, observando que políticos e homens de Estado "devem estar vacinados contra as decisões de prancheta e de proveta".

## Senador contesta venda da Vale

O senador José Sarney assegura que, ao criticar o Fundo Social de Emergência, como tem feito ultimamente, nada mais faz do que repetir uma posição conhecida que adotou quando o Governo propôs a sua criação, pela primeira vez. Trata-se, para ele, "de uma solução ruim, por que atentatória ao Estado de Direito, e inconstitucional, porque acrescentou uma disposição transitória em desacordo com o próprio texto da Constituição, uma vez que colide com as disposições estabelecidas no artigo quinto da carta de 1988".

Sarney sustenta que a sua posição é essencialmente doutrinária, de defesa intransigente do Estado de Direito "contra essa prática que constantemente vemos adotada no Brasil de tentar criar mecanismos que não são mecanismos de um

País democrático, fazendo remendos, ao invés de alterar o que consideramos equivocado na Constituição de 88". A esse respeito, Sarney volta a atacar duramente o instituto das Medidas Provisórias, sustentando que ele gerou uma ditadura legislativa nas mãos do Executivo, a qual se sobrepõe ao Poder Legislativo.

**Privatização** — O ex-presidente também critica a decisão do Governo de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Para ele, o Governo devia ter estabelecido a prioridade de abrir a economia de setores monopolísticos, como petróleo e telecomunicação, "nunca a Companhia Vale do Rio Doce, que não está na área de nenhum monopólio, mas sim atuando em um mercado concorridíssimo, como o do miné-

rio de ferro, tendo se mostrado efficientíssima, tanto que dá lucro ao País e sua atividade equivale à de uma agência de desenvolvimento que se espria por muitos Estados da Federação".

Nega Sarney que a privatização da CVRD venha a ser emblemática, na medida em que sinalizaria para o exterior a firme disposição do Governo brasileiro de abrir a economia nacional.

A CVRD vale muito pouco face, por exemplo, da amortização da dívida interna. O que a Vale atrai não é investimentos, o que ela atrai é a ganância internacional, que deseja auferir lucros com a compra de uma empresa altamente eficiente, fruto de um trabalho de 50 anos, além de manter uma posição de domínio em muitos no mercado no setor em que opera. (T.H.)